

PETIÇÃO 13.460 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : A.P.F.
ADV.(A/S) : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO

DECISÃO:

Vistos,

Trata-se de pedido formulado por A.P.F, por meio do qual requer a extensão dos efeitos da decisão por mim proferida na Pet. nº 12.357/DF para que seja declarada a nulidade absoluta de todos os atos praticados em seu desfavor no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, ainda que na fase pré-processual, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-Juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

O requerente refere, inicialmente, que:

“1. Na decisão cujos efeitos se pretende sejam estendidos, foi deferido o pedido de Marcelo Odebrecht e declarada a nulidade absoluta de todos os atos praticados em seu desfavor no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, ainda que na fase pré-processual, pelos integrantes da Força-Tarefa do Ministério Público Federal e pelo ex-Juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR. Essa disposição contida no decisum monocrático, aliás, foi mantida pela 2ª Turma dessa Suprema Corte, em decisão já transitada em julgado.

2. Tal decisão, cumpre destacar, decorre da constatação, extraída (i) dos diálogos amealhados na Operação Spoofing e (ii) dos próprios atos processuais praticados em desfavor de Marcelo Odebrecht, de que “a parcialidade do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba extrapolou todos os limites” e de que restou “incontestável o quadro de conluio processual entre acusação e defesa em detrimento de direitos fundamentais” do então requerente.

3. Ocorre que essa ausência de imparcialidade do ex-

Magistrado Sérgio Moro e o conluio entre ele e os membros da força-tarefa da Operação Lava Jato não afetou apenas Marcelo Odebrecht, mas também Antônio Palocci, que igualmente teve os seus direitos fundamentais ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa violados pela “verdadeira conspiração com objetivos políticos” mancomunada entre o ex-Juiz Federal e os membros da Procuradoria da República de Curitiba/PR, os quais buscavam, a todo custo, atingir o hoje Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores.

4. Assim, pela similitude fático-processual existente entre o caso de Antônio Palocci e o apreciado nessa Petição, na esteira dos pedidos de extensão já concedidos em relação aos presentes autos, faz parecer crer que cabe ao Peticionário o mesmo entendimento aplicado naqueles casos. E qual é o entendimento? De que, em virtude da ausência de imparcialidade do ex-Magistrado e do inaceitável conluio entre Juízo e acusação, há que se conceder a extensão ora solicitada, a fim de se declarar a nulidade absoluta de todos os atos praticados em seu desfavor no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato. É o que se passa a expor.”

Prosegue, afirmando que:

“5. Na decisão proferida nos autos da Pet. 12.357/DF, cujos efeitos se pretendem sejam estendidos, foi reconhecida a existência de um conluio entre a força-tarefa da Operação Lava Jato e o ex-Juiz responsável pela 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, o que implica a ausência de imparcialidade do Magistrado e, conseqüentemente, a nulidade de todos os atos praticados em desfavor de Marcelo Odebrecht no âmbito da referida operação.

6. Da análise da fundamentação do decisum, bem se

verifica que tal conluio foi desvelado principalmente em virtude de uma série de diálogos travados diretamente entre o então Procurador da República chefe da operação, Deltan Dallagnol, e o ex-Magistrado Sérgio Moro, bem como entre os diversos Procuradores membros da força-tarefa.

7. Conforme destacado naquela decisão, tais diálogos permitiram a constatação de que jamais houve qualquer imparcialidade por parte do ex-Magistrado. E isso pois as interlocuções travadas diretamente entre o Juízo e a acusação eram constantes, assumindo o ex-Juiz a posição de “líder” da Lava Jato – de acusador, portanto –, verdadeiramente ditando os rumos da operação e comandando a atuação do Ministério Público Federal.

8. Tudo isso, conforme revelado pelos diálogos e pelos acontecimentos públicos que sucederam, foi realizado com “objetivos políticos” e com o intuito de atender ao “interesse pessoal e político de poucos, que saíram do anonimato para ganhar projeção nacional se apoiando em instituições e em tábua de valores que, na verdade, sempre desprezaram”, o que “pode ser constatado pela efetiva migração dos principais protagonistas da ‘Operação Lava Jato’ de suas carreiras no sistema de Justiça para o Poder Executivo Federal, bem como para o Congresso Nacional”.

9. Em outras palavras, o ex-Magistrado e os integrantes da força-tarefa da referida operação atuaram em inconstitucional conluio, combinando estratégias e diuturnamente violando os direitos fundamentais dos acusados, com o intuito de atingir Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores e, assim, projetar as próprias imagens e carreiras políticas.

10. Esses diálogos, cumpre rememorar, foram colhidos na Operação Spoofing, que tramita perante o Juízo da 10ª Vara Federal de Brasília/DF. Ocorre que, por força de decisão proferida por aquele Juízo nos autos de nº 1012858-

65.2020.4.01.3400 (ANEXO2) e de posterior decisão proferida por Vossa Excelência na Reclamação nº 43.007 (ANEXO3), foi concedido a Antônio Palocci o acesso à íntegra de tais elementos probatórios e, da análise de seu teor, resta evidente que o inaceitável conluio e a ausência de imparcialidade de Sérgio Moro não se limitaram a Marcelo Odebrecht. Em verdade, foram muito além. Antônio Palocci era um tópico recorrente e as ilegalidades cometidas em seu desfavor foram inúmeras. E isso pois o Peticionário era um membro do alto escalão do Partido dos Trabalhadores e, aos olhos da força-tarefa, seria um importante “degrau” para possibilitar o avanço da perseguição contra aquela agremiação política e Luiz Inácio Lula da Silva. Precisamente por essa razão é que se avia o presente pedido de extensão. Vejamos.

11. Inicialmente, cumpre rememorar que o Peticionário foi preso na 35ª Fase da Operação Lava Jato, denominada Omertà. Dentre as sete denúncias oferecidas em seu desfavor, a única que ainda está em trâmite é a que gerou a Ação Penal nº 5054932-88.2016.4.04.7000 (agora Ação Penal Eleitoral nº 0600024-69.2023.6.07.0001). Nessa ação penal, Antônio Palocci é corréu de Marcelo Odebrecht (ANEXO4).

12. Durante o trâmite do feito e logo após a realização de uma audiência de instrução, em 13.07.17 (ANEXO10), o ex-Magistrado Sérgio Moro enviou mensagem para o ex-Procurador Federal. Deltan Dallagnol, reclamando da atuação da Procuradora Federal Laura Tessler durante a audiência, asseverando que “para inquirição em audiência, ela não vai muito bem” e que “um treinamento faria bem”. Confira-se (ANEXO11):

13 Mar 17

12:32:39 Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com

discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem. 12:42:34 Deltan Ok, mantereí sim, obrigado!

13. Ou seja, da leitura das mensagens acima, bem se nota que o ex-juiz da Lava Jato dava “feedbacks” para o Ministério Público Federal, indicando o que era “bom” (evidentemente que para a construção da versão acusatória) e o que não era. Mais do que isso. O ex-Magistrado indicou que uma das integrantes da força-tarefa não satisfazia seu gosto nas inquirições em audiências, orientando o Procurador Deltan Dallagnol inclusive a fornecer um treinamento à Procuradora, para melhorar o seu desempenho e, assim, chegar ao nível acusatório que o ex-Juiz julgava adequado para inquirir as testemunhas na ação penal oferecida contra o Peticionário.

14. Mas o que mais chama atenção é que a mensagem acima foi encaminhada pelo ex-Magistrado após a realização de audiência de instrução em ação penal na qual Antônio Palocci era réu e na qual ainda seria colhido o seu interrogatório (ANEXO12). Assim, é cristalino o interesse do ex-Juiz no caso e a sua preocupação de que a Procuradora que “não vai muito bem” tivesse “um treinamento”, a fim de não prejudicar os interesses acusatórios na instrução do feito. Tal conversa, portanto, demonstra claramente a parcialidade do ex-Magistrado, pois, ao invés de manter posição imparcial, revelou-se estar preocupado com o desempenho da acusação, verdadeiramente agindo como um orientador da atuação da força-tarefa contra o Peticionário.

15. Ocorre que, por evidente, o ex-Magistrado, sob a égide da imparcialidade, jamais poderia atuar como “conselheiro” ou “técnico” do Ministério Público Federal. O papel do julgador, como Vossa Excelência bem sabe, não é estabelecer um diálogo com as partes ou, melhor, com os “chefes” das partes, a fim de

orientar como a atuação deveria ocorrer. O papel do julgador é conduzir os atos dentro da legalidade e conferir às provas que lhe são apresentadas pelas partes um julgamento fundamentado na Lei, na jurisprudência e na doutrina. Se tal julgamento ocorrerá em um contexto no qual uma das partes não conduz as audiências da forma que o magistrado deseja, isso não lhe diz respeito. É dizer, se a acusação não expõe suas ideias com clareza ou não inquirir adequadamente um acusado, isso é problema exclusivamente da acusação, jamais do magistrado. Mas há mais.

16. Também existem diversos outros diálogos nos quais o ex-Juiz e os membros do Ministério Público Federal trocam informações a respeito da ação penal em comento. Com efeito, o ex Magistrado requisitou, fora dos autos, que os membros do MPF apresentassem documentos que tramitavam de forma sigilosa perante esse C. STF para poder decidir o pedido de compartilhamento de provas requerido pela Defesa de Antônio Palocci. Veja-se (ANEXO11):

19:48:26 Sergio Moro: Defesa do Palocci pediu a juntada dos acordos dos executivos da Odebrecht e dos depoimentos pertinentes aquela ação penal. Não recebi ainda os processos do STF. Vcs tem isso para pronta entrega? Preciso concluir logo esse processo.

19:48:40 Conseguimos isso?

19:53:49 Paulo que show hein Laurinha

20:07:47 [21/4 19:48] Carlos: Vou ver, mas oficialmente não temos nada. [21/4 19:49] Moro: Mas vcs não podem, agora que o sigilo foi levantado, obter rapidamente na pgr ou com as defesas?

17. No mesmo sentido, em 24.04.17, o ex-Juiz Sérgio Moro avisa o então Procurador da República Deltan Dallagnol a respeito de despacho proferido na ação penal em questão

(ANEXO13), concedendo à acusação a oportunidade de conciliar, imediatamente e diretamente com o julgador do caso, o andamento do processo que inclusive era por eles denominado “ação penal Palocci”. Além disso, Procurador e Juiz trataram sobre documentos sigilosos que tramitavam apenas no Supremo Tribunal Federal e o Magistrado chegou a criticar a “prestatividade” da Procuradoria Geral da República em relação aos “anseios lavajatistas”. Confira-se (ANEXO11):

24 Apr 17

11:21:10 Veja o despacho na ação penal Palocci 505493288

11:34:23 Deltan Vejo já [...]

15:32:45 Deltan Explico as duas situações das colaborações abaixo.. Não examinei diretamente sua decisão, mas a pedido de Laura e com base no que ela me passou falei com a PGR. Se houver algum outro ponto que tenha passado, deixe-me saber. 1. Termos de acordo da Odebrecht. PGR não quer encaminhar porque estão sob sigilo no STF. Sondaram juiz auxiliar (Paulo) que disse que não pode ser enviado sem Min despachar. Farão pedido hoje, encaminhando o nosso pedido e talvez ressalvem a posição contrária. Explico: quinta passada eles fizeram petição em sentido contrário, para que os termos não fossem de conhecimento de terceiros. Seguiram o precedente, ao que me parece, do caso Bertholdo. Expliquei por que entendo que o precedente está errado e há risco de nulidade. Concordam, mas acham que não têm como ir contra a manifestação da semana passada. Terei o número da petição hoje ainda e informo aqui. Seria conveniente Vc falar com Rachid sobre ela, explicando urgência. Parece que Rachid tem a posição daqui, de ser necessário dar conhecimento a corrêus. Ah, falei também do conteúdo da lei, mas eles fizeram uma interpretação para dizer que a lei se referiria a depoimentos... Não convém que nós daqui de CWB falemos com Rachid diretamente, porque isso melindraria PGR. 2. João Santana e MM. Fizemos pedido igual,

para viabilizar aplicação da pena em harmonia com o acordo. Recentemente, STF negou até pro TSE cópia do termo de acordo deles. Em até uma semana, PGR apresentará um pedido de cisão e levantamento do sigilo de tudo. Nessa hipótese, virá para cá tranquilamente.

18:21:03 Muito prestativa a PGR...

18:26:42 Deltan Concordo, mas o problema aí é o "fator melindragem" do STF e o quanto as coisas são amarradas lá. Só PGR fala diretamente com Ministro, e PGR tem um milhão de coisas, e dificilmente se desdobraria por um pedido nosso que não seja questão de vida e morte... sistema de foro que não funciona.

25 Apr 17

16:31:26 Dos depoimentos dos executivos da Odebrecht, disseram me que o PGR já teria autorização para enviar cópia para cá, independente da vinda física dos processos.

16:32:15 Qual ficou o número da petição relativa ao pedido de autorização para envio dos acordos dos executivos da ODB?

16:44:42 Deltan A PGR, após nossa conversa, mudou de ideia e já fez o pedido dos Santanas também na mesma petição, o que agiliza um pouco. Pediram pra remeter a Vc os termos do acordo, mas que Vc não desse acesso à defesa e, alternativamente, caso o STF entenda que deve dar acesso, proceder assim. Prometeram passar ainda hoje o número da petição e dos autos.]

16:46:10 Deltan Os depoimentos estão a caminho da Vara, no transporte.

18:03:32 Transporte de Brasília ou de vcs aqui?

19:36:11 Deltan Nosso

19:37:56 Deltan Quanto aos termos dos acordos, segue a petição com números

19:38:25 Deltan Veio com conteúdo errado

19:38:30 Deltan Vou checar

19:39:40 Deltan Ignore a cima e cuidado com ela, pq ela é de medida cautelar que ainda não saiu kkkkkk

19:39:53 Deltan Já vão me enviar a certa

20:37:10 Deltan 524414.pdf

20:39:31 Deltan agora sim 26 Apr 17

13:35:29 Os depoimentos estão mesmo vindo?

13:39:31 Desculpe, Secretaria acabou de avisar que chegaram.

13:50:30 Aliás obrigado

18:21:16 Deltan  ”

Nesse sentido, assevera, ainda, que:

“18. Olhos postos nos trechos acima, não resta dúvida de que o ex-Juiz Sérgio Moro coordenava diretamente com os membros do Ministério Público Federal as ações que seriam tomadas ou atendidas na ação penal contra o Peticionário. Especificamente, nos diálogos acima alinhavados, o ex-Magistrado, no dia 24.05.17, avisa o ex-Procurador Deltan Dallagnol a respeito de um despacho que havia proferido e “alinhava” o que deveria (ou não) ser feito pelo MPF na ação penal contra Palocci, inclusive em relação à documentos sigilosos que tramitavam apenas no Supremo Tribunal Federal.

19. O despacho mencionado pelo ex-Juiz Sérgio Moro (ANEXO13) é datado do mesmo dia 24.04.17 e foi colacionado aos autos da “ação penal Palocci” às 11h17min55s, menos de 5 (cinco) minutos antes do aviso direcionado por Sergio Moro. Repise-se: menos de 5 (cinco) minutos após proferir um despacho que versava sobre pedidos de Antônio Palocci, o ex-Juiz Sergio Moro encaminha mensagem privada ao ex-Procurador Federal Deltan Dallagnol solicitando que este “veja o despacho”.

20. E qual era o conteúdo desse despacho? Rigorosamente o mesmo conteúdo das mensagens encaminhadas por Deltan Dallagnol a Sergio Moro na continuação do diálogo (ANEXO11). Isto é, após a prolação de despacho que versava sobre pedidos de Antônio Palocci envolvendo colaborações premiadas de executivos da Odebrecht, o ex-Magistrado não apenas avisa o Parquet acerca da juntada do despacho, mas também recebe diretamente do ex-Procurador Federal Deltan Dallagnol, em resposta, uma longa e detalhada explicação acerca do tema e ambos combinam a forma que o processo seria conduzido.

21. Com o devido respeito, a menos que o Código de Processo Penal contenha disposição conferindo à acusação a prerrogativa de, mediante conversa privada, ser intimada pelo próprio juiz e em seguida lhe prestar contas detalhadamente sobre o conteúdo do despacho, não há como sequer suscitar a existência de imparcialidade na condução do presente caso por parte do ex-Juiz Sergio Moro.

22. Para além disso, o ex-Magistrado também ditava como deveriam ser feitos os acordos de colaboração premiada e com quem, instruindo inclusive acerca da possibilidade (ou não) de celebração de acordo com Antônio Palocci e demonstrando que não iria querer a pena aliviada num caso dele [Palocci], o que foi mencionado por Deltan Dallagnol em uma conversa com os

demais Procuradores. Veja-se (ANEXO11):

3 May

11:15:01 Deltan Após analisarmos Palocci, temos que falar pro Moro, que não vai querer a pena aliviada num caso dele sem justificativa e tem ponte com TRF

11:16:52 Ele me disse que você desconversou a respeito.

11:17:16 Segundo a Laura, o Moro quer um acordo com o Palocci pela mesma razão do LÉO Pinheiro.

23. Ainda, há um diálogo no qual o ex-Juiz Sérgio Moro comemora o oferecimento de denúncia na Ação Penal do Instituto Lula – que foi trancada por determinação dessa Suprema Corte, vale destacar (ANEXO5) –, na qual Antônio Palocci também era acusado. Confira-se (ANEXO11):

14 Dec 16

17:48:52 Deltan Denúncia do Lula sendo protocolada em breve Denúncia do Cabral será protocolada amanhã

23:40:00 😊 um bom dia afinal

24. Tais diálogos demonstram perfeitamente que “as estratégias previamente ajustadas entre magistrado e procurador”, as quais envolviam “aconselhamentos, troca de informações sigilosas, dentre outras estratégias que simplesmente aniquilavam o direito de defesa”, não foram aplicadas somente em desfavor de Marcelo Odebrecht – conforme já reconhecido na decisão cujos efeitos se pretende sejam estendidos –, mas também contra Antônio Palocci.

25. Ademais, precisamente como ocorreu com Marcelo Odebrecht, essa aniquilação do direito de Defesa, somada (i) ao oferecimento de um sem-fim de denúncias contra o Peticionário, (ii) à sua prolongada permanência no cárcere e (iii) à decretação verdadeiramente desmedida de bloqueio de

seus bens, incluindo daqueles de propriedade (iv) da sua filha e da sua enteada, tinham o claro intuito de pressionar Antônio Palocci a celebrar um acordo de colaboração premiada e “delatar” fatos relacionados ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

26. Tal constatação pode ser claramente extraída de diálogo no qual a Procuradora Federal Laura Tessler (a mesma que Sérgio Moro indicou a Deltan Dallagnol que “não foi bem” na audiência de instrução) afirmou que era necessário oferecer uma nova denúncia contra Antônio Palocci para “animá-lo” a fechar um acordo de colaboração premiada³. A mera leitura dessa conversa revela que os membros da força-tarefa da Lava Jato buscavam a todo custo “animar” – leia-se “coagir”, “forçar”, “pressionar” ou “compelir” – o Peticionário a celebrar um acordo de colaboração. E isso, com a devida vênia pela reiteração – pois Antônio Palocci seria um importante sustentáculo para o prosseguimento dos intuítos políticos daqueles agentes públicos, notadamente a perseguição judicial contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

27. Mas, respeitosamente, sequer seria necessária a consulta aos elementos extraídos da Operação Spoofing para constatar o overcharging⁴ perpetrado contra Antônio Palocci. Basta a constatação de que foram oferecidas em seu desfavor 7 (sete) diferentes denúncias, das quais 3 (três) sequer foram recebidas⁵ (ANEXOS 6, 7 E 8), 1 (uma) foi trancada ainda na origem⁶ (ANEXO9) e 2 (duas) foram trancadas por ordem desse Supremo Tribunal Federal⁷ (ANEXO 5).

28. Para além disso, a única ação penal que ainda está em tramitação⁸ (ANEXO4) é embasada em elementos probatórios (Drousys e MyWebDayB) ⁹ cuja nulidade essa Suprema Corte já declarou, em caráter erga omnes, na Reclamação nº 43.007/DF (ANEXO3). Tal conclusão, inclusive, decorre da decisão proferida na Pet. 11.694/DF (ANEXO14), em favor de João

Vaccari Neto, na qual esse Supremo Tribunal Federal reconheceu que “os mencionados elementos de prova foram citados no processo nº 0600024-69.2023.6.07.0001” e que tais provas emprestam suporte àquela ação penal.

29. A mesma conclusão pode ser extraída do fato de que Antônio Palocci foi preso em 26.09.16, quando da deflagração da Operação Omertà, 35ª Fase da Operação Lava Jato, e permaneceu preso por mais de 2 (dois) anos, somente sendo liberado do cárcere após “finalmente” celebrar acordo de colaboração premiada – e “falar” sobre o Partido dos Trabalhadores e Luiz Inácio Lula da Silva.

30. Precisamente para a mesma conclusão aponta o fato de que, a pedido da força-tarefa da Operação Lava Jato, foi decretado o sequestro não apenas dos bens de Antônio Palocci, mas também dos de sua filha e de sua enteada. Com efeito, como se não bastassem os grandes bloqueios patrimoniais decretados contra Antônio Palocci e sua empresa, a Projeto Consultoria, o Ministério Público Federal, nos autos nº 5063590-04.2016.4.04.7000, também postulou o bloqueio dos imóveis nos quais residiam a filha do Peticionário e sua enteada (ANEXO15), medida cautelar essa que efetivamente foi implementada contra os familiares do Peticionário.

31. E isso tudo, vale registrar, mesmo quando a ação penal em comento (a única que ainda resta) sequer imputa o recebimento de valores por parte de Antônio Palocci (ANEXO4), o que, naturalmente, impede a implementação da cautelar de sequestro, porquanto a medida pressupõe a origem ilícita do patrimônio a ser constricto.

32. Ou seja, os elementos que indicam a existência de um conluio entre o ex-Magistrado e a força tarefa da Operação Lava Jato e a imparcialidade do ex-Juiz em relação a Antônio Palocci são os seguintes: (i) existência de diálogos obtidos na Operação Spoofing que demonstram a constante interlocução entre o

Juízo e a acusação, assumindo o ex-Juiz a posição de “líder” da Lava Jato, ditando os rumos da operação e comandando a atuação do Ministério Público Federal; e (ii) a constante pressão para forçar a celebração de um acordo de colaboração premiada “implicando” o Partido dos Trabalhadores e Luiz Inácio Lula da Silva, seja pela prática do overcharging, pelo prolongamento da prisão do Peticionário, pelo bloqueio desmedido de seus bens ou pela perseguição perpetrada contra a sua família.

33. Tais elementos, cumpre destacar, são precisamente os mesmos que foram reconhecidos em relação a Marcelo Odebrecht (o qual é corréu de Antônio Palocci na única ação penal restante), de forma que ambos se encontram precisamente na mesma situação fática-processual. Por isso, respeitosamente, há que se estender os efeitos da decisão proferida nestes autos ao Peticionário, declarando a nulidade de todos os atos praticados pelos membros do Ministério Público integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato e pelo ex-Juiz Sérgio Moro em desfavor de Antônio Palocci.”

Aduz, outrossim, que:

“35. Olhos voltados à tabela acima colacionada, bem se verifica que as razões que fundamentam a decisão proferida em favor de Marcelo Odebrecht se aplicam igualmente a Antônio Palocci. Com efeito, o ex-Magistrado Sérgio Moro agiu de maneira absolutamente imparcial em relação a ambos, mantendo um contato direto e constante com a acusação a fim de ditar como deveria ser carregada a operação para que fossem atingidos os seus intentos políticos pessoais, o que efetivamente conseguiram lograr com a destruição da imagem do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva.

36. Para além disso, tanto Marcelo Odebrecht quanto Antônio Palocci sofreram uma forte pressão para celebrarem acordos de colaboração – igualmente para auxiliar nos objetivos políticos do ex-Juiz e dos membros da Lava Jato –, pelo uso de overcharging, de medidas cautelares descabidas, de perseguições a seus familiares e de prisões arbitrárias e prolongadas, que somente foram revogadas após “decidirem” firmar os acordos, nos quais foram implicados o PT e Luiz Inácio Lula da Silva.

37. Dessa forma, considerando que Antônio Palocci e Marcelo Odebrecht se encontram em situação processual idêntica, isto é, que os fundamentos da decisão proferida em Marcelo Odebrecht igualmente se aplicam a Antônio Palocci, mostra-se de rigor a concessão do vertente pedido de extensão, nos termos do artigo 580 do Código de Processo Penal.

38. Ademais, cumpre destacar que diversos pedidos semelhantes ao que ora se formula já foram deferidos anteriormente por Vossa Excelência. Foi o que ocorreu, v.g., na Petição nº 12.648, apresentada por José Aldemário Pinheiro (ANEXO16), em decisão mantida pela 2ª Turma desse Supremo Tribunal Federal em 04.02.25. Naquela oportunidade, Vossa Excelência reconheceu que “o estudo mais aprofundado do material colhido na referida operação [Spoofing] revelou um complexo sistema de captura do Poder Judiciário e do Ministério Público para o desenvolvimento de projetos pessoais e políticos”, assim como que o campo jurídico “serviu de plataforma para a projeção dos principais atores da ‘Operação Lava Jato’ ao cenário político”. Dessa forma, concluiu que o “conluio e parcialidade demonstram, a não mais poder, que houve uma verdadeira conspiração com objetivos políticos” e que “os constantes ajustes e combinações realizados entre o magistrado e o Parquet e apontados acima representam verdadeiro conluio a inviabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo requerente”. Por isso,

deferiu o pedido de extensão para o fim de declarar a nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor de José Aldemário Pinheiro no âmbito da Operação Lava Jato.

39. Raciocínio idêntico se aplica a Antônio Palocci, o que demonstra, respeitosamente, a necessidade de deferimento do vertente pedido de extensão. E isso pois, conforme amplamente exposto acima, o Peticionário também foi uma “peça” – talvez uma das mais relevantes, diga-se de passagem – dessa “verdadeira conspiração com objetivos políticos” com o intuito de possibilitar a “projeção dos principais atores da ‘Operação Lava Jato’ ao cenário político”.

40. Nesse sentido, para além de todos os elementos acima colacionados – os quais já demonstram a não mais poder a parcialidade do ex-Juiz –, merece destaque a infame oportunidade na qual o ex-Magistrado Sérgio Moro, menos de uma semana antes das eleições presidenciais de 2018, levantou o sigilo dos elementos probatórios produzidos no acordo de colaboração premiada de Antônio Palocci. Tais elementos, dentre outras questões, davam conta da existência de um esquema de indicações para cargos na Petrobras durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O intuito da manobra realizada por Sérgio Moro, portanto, não poderia ser mais evidente: influir nas eleições presidenciais, que seriam realizadas dentro de 6 (seis) dias.

41. Dessa forma, resta evidente que Antônio Palocci, assim como Marcelo Odebrecht e José Aldemário Pinheiro, foi vítima dos “constantes ajustes e combinações realizados entre o magistrado e o Parquet”, os quais representam um “verdadeiro conluio a inviabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa” por parte do Peticionário. Em outras palavras, Antônio Palocci e Marcelo Odebrecht se encontram precisamente na mesma situação fático-processual – isto é, ambos foram vítimas da busca desenfreada e sem limites do ex-Magistrado e dos

membros da Operação Lava Jato de fazerem prevalecer os seus objetivos políticos –, razão pela qual há que se deferir o pedido de extensão, nos moldes do que já foi realizado em favor de José Aldemário Pinheiro.

42. Vale destacar, ainda, que na Petição nº 12.615, apresentada por Bo Hans Vilhelm Ljungberg (ANEXO17), em decisão já adotada pela maioria da 2ª Turma, e na Petição nº 12.633, apresentada por Raul Schmidt Felipe Junior (ANEXO18), em decisão mantida pela 2ª Turma desse Supremo Tribunal Federal em 16.12.24, Vossa Excelência também estendeu os efeitos da decisão proferida em favor de Marcelo Odebrecht, por verificar que a parcialidade de Sérgio Moro “extrapolou todos os limites”, e é precisamente isso que ocorreu em relação a Antônio Palocci.

43. Para além disso, rememore-se que a existência desse absurdo conluio entre o ex-Juiz Sérgio Moro e os membros da força-tarefa da Operação Lava Jato e a imparcialidade do ex-Magistrado não são, em absoluto, algo novo. Antes, o contrário. Como bem destacado na decisão cujo os efeitos se busca a extensão, “essa Suprema Corte tem funcionado como um verdadeiro anteparo às ilegalidades praticadas por determinados juízes e procuradores de Curitiba”.

44. Em verdade, tais irregularidades já foram objeto de ampla discussão nessa Suprema Corte em literalmente centenas de oportunidades, como (i) no Habeas Corpus nº 164.493 (ANEXO19), no qual foram constatados 7 (sete) fatos que demonstram a parcialidade do ex-Juiz Sérgio Moro, especialmente em relação a Luiz Inácio Lula da Silva – e conseqüentemente, a Antônio Palocci –, dentre os quais a quebra ilegal de sigilo telefônico de advogados e a divulgação elementos probatórios sigilosos para influir indevidamente nas eleições presidenciais, notadamente os depoimentos prestados por Antônio Palocci em seu acordo de colaboração; (ii) na

Reclamação nº 43.007 (ANEXO3), na qual Vossa Excelência reconheceu que essa “parcialidade do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba extrapolou todos os limites, e com certeza contamina diversos outros procedimentos”, (iii) na Petição nº 11.438 (ANEXO20), na qual Vossa Excelência verificou que era “incontestável o quadro de conluio” entre o ex-Magistrado e a acusação e que essa imparcialidade ultrapassava a figura do reclamante originário, razão pela qual estendeu os efeitos do decisum para Beto Richa, declarando a nulidade de todos os atos praticados em seu desfavor; assim como (iv) na Petição nº 12.267 (ANEXO21), na qual Vossa Excelência estendeu os efeitos da decisão proferida em favor de Beto Richa a Nelson Leal, declarando a nulidade de todos os atos praticados em seu desfavor pelos integrantes da Operação Lava Jato e pelo ex-Magistrado.

45. Inclusive, no AgRg no Recurso em Habeas Corpus nº 144.615 (ANEXO22), no qual se julgava caso relacionado a operação muito anterior (ano de 2004), o Exmo. Min. Gilmar Mendes, já antevendo a postura que desde aquela época era – e continuaria a ser – adotada pelo ex Magistrado Sérgio Moro, consignou que “o Juiz ultrapassou em muito a função de mero homologador dos acordos e atuou verdadeiramente como um parceiro do órgão acusador”, razão pela qual declarou a nulidade de sentença condenatória por violação à imparcialidade. Em verdade, a constatação da parcialidade do ex-Juiz já havia sido realizada até mesmo antes desse julgamento, no Habeas Corpus nº 95.518 (ANEXO23), no qual verificou-se que “o interesse pessoal que o magistrado revela em determinado procedimento persecutório [...] transforma a atividade do magistrado numa atividade de verdadeira investigação penal. É o magistrado investigador”.

46. Isso tudo sem falar na correição realizada pelo Conselho Nacional de Justiça na 13ª Vara Federal de Curitiba/PR (ANEXO24), que investigou as inúmeras

irregularidades envolvendo a gestão caótica dos recursos oriundos dos acordos de colaboração premiada e de leniência, assim como a tentativa de desviar tais valores para uma fundação destinada a atender os interesses privados e políticos de alguns integrantes da própria força-tarefa.

47. Nesse particular, em relação aos intuitos políticos do ex-Magistrado, merece destaque a decisão proferida no Habeas Corpus nº 164.493 (ANEXO19), já mencionada acima, na qual esse Supremo Tribunal Federal afirmou que “o ex-juiz foi diretamente beneficiado pela condenação e prisão” de Luiz Inácio Lula da Silva – que foi corréu de Antônio Palocci em quatro ações penais –, na medida em que “decidiu fazer parte do Governo que se elegeu em oposição ao partido cujo maior representante é Luiz Inácio Lula da Silva”.

48. Para além disso, também se sobressai o fato de que os efeitos da decisão proferida no Habeas Corpus nº 164.493 foram estendidos a José Dirceu, na Petição nº 12.229 (ANEXO25). E isso pois a sua condenação “fez parte de estratégia concebida pelos procuradores, de comum acordo com o ex-Juiz Sérgio Moro, para fragilizar não só o requerente [José Dirceu], mas o Partido dos Trabalhadores como um todo”, partido esse que o Peticionário também integrava. Tal afirmação, vale destacar, igualmente se aplica a Antônio Palocci, pois o acordo de colaboração que o Peticionário foi coagido a celebrar foi amplamente utilizado para possibilitar que o ex Magistrado atingisse seus objetivos políticos pessoais, notadamente a perseguição institucionalizada do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva.

49. Dessa forma, considerando que o “incontestável quadro de conluio processual” entre acusação e Juízo igualmente afetou o Peticionário, mostra-se cogente, com o devido respeito, a extensão dos efeitos da decisão proferida em 21.05.24 a Antônio Palocci, declarando-se a nulidade absoluta

de todos os atos praticados em seu desfavor no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, ainda que na fase pré-processual, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-Juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

50. Por fim, registre-se que a extensão dos efeitos que ora se pretende em nada impactará em quaisquer processos já julgados, uma vez que, repise-se, Antônio Palocci não foi condenado em nenhum dos 7 (sete) feitos oriundos da Operação Lava Jato. Para além disso, em relação à Ação Penal Eleitoral nº 0600024-69.2023.6.07.0001 – a única que ainda tramita em desfavor de Antônio Palocci –, repise-se que os elementos probatórios que a dão ensejo (Drouys e MyWebDayB) 11 já foram declarados nulos por essa Suprema Corte, em caráter erga omnes, na Reclamação nº 43.007/DF (ANEXO3).

51. Ademais, destaca-se que, naquela ação penal, Marcelo Odebrecht, o principal colaborador, inicialmente prestou depoimento sustentando que Antônio Palocci seria o responsável pelos supostos repasses indevidos investigados (ANEXO26). E isso, naturalmente, em virtude da pressão exercida pela força tarefa da operação Lava Jato. Tanto o é que, na sequência, voltou atrás da posição que anteriormente havia adotado —, afirmando que o Peticionário sequer tem envolvimento com os fatos em apuração (ANEXO27), que seriam de integral responsabilidade de terceiro.”

Por fim, sustenta que:

“52. Como é consentâneo, para que seja concedida a extensão dos efeitos de uma decisão a outro sujeito processual, exige-se o preenchimento de dois requisitos: identidade processual e inexistência de motivos de caráter exclusivamente

pessoal que obstem a concessão da extensão.

53. Quanto à identidade processual, cumpre salientar que as ilegalidades ora suscitadas em relação a Antônio Palocci ocorreram precisamente no âmbito da mesma Operação Lava Jato em relação à qual a parcialidade e o conluio em questão foram reconhecidos em relação a Marcelo Odebrecht e vêm sendo reconhecidos em relação aos demais acusados. Para além disso, Marcelo Odebrecht é corréu de Antônio Palocci na ação penal eleitoral nº 0600024-69.2023.6.07.0001, a única que ainda tramita em desfavor do Peticionário. Assim, há clara identidade processual.

54. No que tange à inexistência de motivos de caráter exclusivamente pessoal que obstem a concessão da extensão aqui requerida, oportuno destacar que, conforme exposto acima, as nulidades invocadas por Marcelo Odebrecht são idênticas, em gênero, número e grau, às apontadas por Antônio Palocci. Em verdade, na Petição apresentada por Marcelo Odebrecht, foram reconhecidos o conluio entre a força-tarefa da Operação Lava Jato e o ex-Juiz Sérgio Moro, assim como a consequente ausência de imparcialidade, enquanto aqui, no presente pedido de extensão, se almeja o reconhecimento das mesmas ilicitudes, com a consequente declaração de nulidade de todos os atos praticados no âmbito da operação em relação a Antônio Palocci.

55. Assim, bem se verifica que os dois requisitos estão preenchidos, tendo em vista que há evidente identidade processual e não há, na decisão cujos efeitos se pretende sejam estendidos, quaisquer motivos de caráter exclusivamente pessoal que digam respeito apenas a Marcelo Odebrecht e não se apliquem a Antônio Palocci.

56. Subsidiariamente, ainda que Vossa Excelência entenda não ser o caso de extensão em favor de Antônio Palocci dos efeitos da decisão proferida nesses autos, pugna-se pela

concessão, de ofício, da ordem de Habeas Corpus. Isso por duas razões

57. Primeiramente, ainda que se entenda que Marcelo Odebrecht reúna condições de caráter exclusivamente pessoal que motivaram a decisão em seu favor ou, ainda, que inexista identidade processual entre o seu caso e o de Antônio Palocci, de plano se nota que, no caso do ora Peticionário, trata-se de flagrante ilegalidade. Isso pois os elementos acima delineados demonstram de maneira inequívoca a ausência de imparcialidade do ex-Magistrado e o conluio existente entre ele e a acusação para, violando os direitos constitucionais de Antônio Palocci, atingirem seus objetivos pessoais e políticos.

58. Em segundo lugar, porque diante de casos de flagrante ilegalidade, nos termos do que já decidido nesta Reclamação e em tantos outros precedentes dessa Suprema Corte (e.g. Reclamação nº 26.360, Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 177.480, Reclamação nº 52.466 e Reclamação nº 33.109), é autorizado, e até mesmo exigível, a concessão, de ofício, da ordem de Habeas Corpus.

59. Portanto, tendo em vista que, de um lado, o presente pedido de extensão traz a esse Supremo Tribunal Federal um caso de flagrantes ilegalidades e, por outro lado, que, diante de flagrantes ilegalidades, essa Suprema Corte julga exigível a concessão da ordem de Habeas Corpus de ofício, requer-se a aplicação do mesmo entendimento in casu. Isto é, requer-se, com fulcro no art. 654, §2º, do Código de Processo Penal, a concessão, de ofício, da ordem de Habeas Corpus.”

Ao final, requer:

“60. Ante todo o exposto, requer-se:

a) Considerando que o ora Peticionário sofreu

precisamente as mesmas ilegalidades verificadas em favor de Marcelo Odebrecht, encontrando-se, portanto, em situação processual idêntica, requer-se, com fundamento no que dispõe o art. 580 do CPP, a extensão dos efeitos da decisão proferida por Vossa Excelência nestes autos, a fim de que seja declarada a nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor de Antônio Palocci no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, ainda que na fase pré-processual, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-Juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR;

b) Subsidiariamente, com fundamento no que dispõe o art. 654, §2º, do CPP, e diante das flagrantes ilegalidades constatadas in casu, a concessão de ordem de Habeas Corpus de ofício, a fim de que seja declarada a nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor de Antônio Palocci no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, ainda que na fase pré-processual, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-Juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.”

É o relatório. Fundamento e decido.

Bem examinados os autos, verifico, inicialmente, que os fundamentos constantes da peça inaugural estão lastreados no conteúdo dos diálogos revelados pela “Operação Spoofing”, bem como na dinâmica de atos processuais correlatos envolvendo o requerente na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Note-se, por oportuno, que a “Operação Spoofing”, de minha relatoria nesta Suprema Corte, permitiu a diversos réus da chamada “Operação Lava Jato” que apontassem, como matéria de defesa, ilegalidades praticadas em Curitiba, as quais foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal envolvendo, por exemplo, (i) a manipulação

de competência; (ii) o conluio entre magistrados e membros do Ministério Público; (iii) a obtenção de elementos provas à margem dos canais oficiais; (iv) a inobservância da cadeia de custódia de referidos elementos; (v) a utilização da operação para fins pessoais e políticos, inclusive com a tentativa de utilização de recursos públicos, sem a necessária intervenção do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União ou mesmo da Controladoria-Geral da União.

O estudo mais aprofundado do material colhido na referida operação revelou um complexo sistema de captura do Poder Judiciário e do Ministério Público para o desenvolvimento de projetos pessoais e políticos, o que ficou estampado em centenas de decisões proferidas por esta Suprema Corte em sede de ADPF, **habeas corpus**, reclamações e dentre outras classes processuais.

Mas não foi apenas isso, o Conselho Nacional de Justiça, em relatório de correição realizada pelo **Ministro Luís Felipe Salomão**, na qualidade de Corregedor-Nacional de Justiça, revelou a gestão absolutamente caótica dos recursos oriundos da Operação Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba, além de indicar que o dinheiro da chamada "Fundação Lava Jato" - fundação privada que seria gerida por Procuradores de Curitiba - foi inicialmente destinados à Petrobrás, na qualidade de vítima, mas retornou ao Ministério Público Federal de Curitiba por meio de pagamento realizado pela própria Petrobrás nos Estados Unidos da América, desta feita na condição de ré.

Com efeito, tais recursos seriam utilizados para, dentre outras finalidades não institucionais, a promoção da "formação de lideranças e do aperfeiçoamento das práticas políticas" não fosse a decisão do Ministro Alexandre de Moraes na ADPF 568 por provocação da Procuradoria-Geral da República.

Confira-se o trecho do relatório do CNJ que trata da gestão de recursos oriundos de acordos de colaboração premiada e de leniência, dentre os quais o da Odebrecht, em que também fica patente o conluio entre magistrados e procuradores da república de Curitiba, assim como

as irregularidades administrativas na custódia e destinação dos referidos recursos:

“Extrai-se do estudo das informações até aqui obtidas que, durante a operação denominada Lava Jato, o então juiz federal SÉRGIO FERNANDO MORO e integrantes da denominada força-tarefa da Lava Jato, coordenados então pelo procurador da república DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, adotaram um critério de destinação de valores decorrentes especialmente de acordos de colaboração ou de leniência que fugia ao critério legal de decretação de perda, previsto como efeito da condenação (art. 91, inciso II, do Código Penal ou art. 7º, inciso I, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998). Em seu lugar, adotaram um modelo consensual, sob argumento de que os acordos homologados pelo juízo - geravam uma vinculação e que ‘tais valores eram ressarcimentos cíveis relacionados a acordos homologados pelo juízo’ (depoimento de DELTAN DALLAGNOL), ainda que tivessem sido realizados em momentos embrionários da investigação ou da ação penal, em regra baseados em informações de colaboradores.

Esse procedimento deu azo à destinação de somas depositadas em juízo à vítima escolhida nesse momento preliminar, a PETROBRAS, ainda que até os dias atuais a própria companhia não tenha aferido o efetivo prejuízo sofrido pela empresa por ações de seus empregados e não tivesse demonstrado ao juízo e ao MPF que havia estancado as vulnerabilidades nos mecanismos de controle e compliance da própria PETROBRAS, que permitiram o aludido prejuízo (vide declarações em termo e em vídeo de CARLOS DA SILVA FONTES FILHO e de CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO). Nesse ponto, ainda segundo os advogados da PETROBRAS, a empresa não informou ao juízo ou ao MPF sobre as aludidas medidas mitigadoras de suas próprias vulnerabilidades e, de outro lado, o juízo ou o MPF não requisitaram tais informações

à PETROBRAS, antes ou depois de começarem as destinações.

(...)

O então juiz federal titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, SÉRGIO FERNANDO MORO, instaurou de ofício um processo no sistema EPROC denominado Representação Criminal, sob o nº 5025605-98.2016.4.04.7000/PR, a fim de promover "destinação dos valores depositados em contas vinculadas a este Juízo nos diversos processos de colaboração premiada" (evento 9, em 18/10/2016). Como se observa no despacho inicial (evento 3), após a apresentação de uma planilha, o citado magistrado deliberou:

‘DESPACHO/DECISÃO

Recentemente, em decorrência da inspeção realizada nesta Vara, a diligente Secretaria realizou o levantamento dos valores já depositados em Juízo nos diversos processos de acordo de colaboração premiada (evento 1).

Foi elaborada a planilha anexa, apontando saldos em contas judiciais de R\$ 341.973.836,14.

Observo que nem todos os valores devem ser destinados à vítima dos crimes, a Petrobrás, como, v.g., aqueles decorrentes do acordo com a Mullen Lowe (no qual a vítima foi o CEF ou a União), sendo necessário examinar os acordos.

De todo modo, é oportuno conferir destinação a esses valores, já que sujeitos à remuneração não muito expressiva em conta judicial.

Intime-se o MPF, dando-lhe ciência deste processo, e para manifestação em 15 dias.

Curitiba, 31 de maio de 2016. Grifo não original.’

A partir desse ato, iniciou-se uma rotina que se repetiu ao

longo de todo o processo, sendo atribuída ao Ministério Público Federal a tarefa de 'identificar todas as vítimas afetadas pelos crimes reconhecidos' pelos colaboradores (evento 6, parecer do MPF), indicar os destinatários dos valores depositados em contas judiciais vinculadas ao juízo e definir o montante a ser repassado. Adiante, passou o MPF a indicar a data dos depósitos (eventos 52, 91, 94, p.ex.), com o fim de realizar 'cerimônia simbólica de entrega de valores'.

Em seguida, o juízo determinava a intimação da Petrobrás, que aderiu à pretensão do MPF e indicava conta corrente, ao mesmo tempo em que a companhia anotava que "o PETROBRAS se reserva o direito de se manifestar oportunamente, quando a integralidade dos Acordos se tornar de conhecimento da Companhia, ou quando terceiros pleitearem (ou for pleiteado em favor deles) levantamento de valores depositados" (evento 15 dos autos). Essa postura da PETROBRAS é explicitada pelo advogado da companhia, que asseverou em oitiva que o "objetivo [da PETROBRAS] sempre foi o dinheiro" e que anuíam à oferta porque "eles [o Ministério Público] tinham a faca e o queijo na mão" (vídeo do depoimento de CARLOS DA SILVA FONTES FILHO).

Com a anuência da Petrobrás e do MPF, o juízo determinava a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal, a qual retornava com um documento informando o cumprimento, com juntada dos respectivos comprovantes de saques, depósitos e recolhimentos.

(...)

As razões para que o juízo e o Ministério Público Federal aderissem a esse modelo não estão expostas nos autos. Não há informações nos processos estudados que indiquem que o dinheiro depositado nas contas judiciais sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal estivesse sujeito a algum 'grau de deterioração ou depreciação' ou de que havia 'dificuldade para

a sua manutenção' (art. 144-A do Código de Processo Penal), ou ainda que a destinação imediata era necessária 'para preservação de valor de bens' (art. 45-A, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998). Ao mesmo tempo, o argumento utilizado pelo juízo no despacho inicial apresenta inconsistência, pois ainda hoje remanescem valores oriundos de acordos de colaboração ou de leniência depositados em juízo, sob as mesmas regras e sob a mesma 'remuneração não muito expressiva'.

Como observado pelo diretor executivo da Transparência Internacional (TI), esse modelo de destinação de valores adotado pelo juízo é marcado pela pouca transparência e por muita discricionariedade:

“O depoente se recorda que foi sondado pelo então procurador da república DELTAN DALLAGNOL, salvo engano no início da operação, informando que haveria possibilidade de a 13ª Vara Federal de Curitiba destinar recursos para a TI; QUE a partir desse contato, a TI realizou estudos buscando entender como funcionaria essa prática, e pode afirmar que nunca pleitearam tais recursos; QUE o motivo dessa postura é o fato de que identificaram problemas e fragilidades no modelo que isso se desenvolve no Brasil, com poucos controles, muita discricionariedade e pouca transparência nas decisões entre ministério público e poder judiciário. Depoimento de BRUNO ANDRADE BRANDÃO.”

(...)

Embora a responsabilidade pelas diversas contas judiciais seja inegavelmente do juízo e o fato de a 'remuneração não muito expressiva' praticada pela Caixa Econômica Federal não caracterizar perda ou dano a nenhuma das partes, o estudo dos autos identificou que a eleição do destinatário e o montante a transferir foram delegados ao MPF, que por sua vez se articulou com representantes da empresa PETROBRAS para promover a

fluidez desse canal de repasse, que ocorreu em parte sem prévia decretação de perda dos valores em virtude de condenação criminal (vide Informação - acordos de colaboração, depoimentos de CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO e CARLOS DA SILVA FONTES FILFIO), atribuindo aos acordos a importância de um título executivo próprio ou, no dizer do então procurador-chefe da Força-Tarefa da Lava Jato:

“Tais valores eram ressarcimentos cíveis relacionados a acordos homologados pelo juízo; QUE no entender do depoente, tais decisões homologatórias, não havendo questionamentos, transitavam em julgado. (Termo de depoimento de DELTAN DALLAGNOL).”

Nota-se, portanto, que a estratégia processual adotada de comum acordo entre magistrado e procurador produziu o efeito de expungir do feito a participação de terceiros, sendo, de fato, “atribuída ao Ministério Público Federal a tarefa de identificar todas as vítimas afetadas pelos crimes reconhecidos pelos colaboradores, indicar os destinatários dos valores depositados em contas judiciais vinculadas ao juízo e definir o montante a ser repassado.”

Registre-se, portanto, que o conluio envolvendo magistrado e procurador de Curitiba não se limitava ao cenário endoprocessual, mas envolvia também, tal como referido no relatório, o ingresso na vida política de pessoas que atuaram na operação, devendo-se ressaltar que a tentativa de constituição da fundação Lava Jato seria mais um passo dentro de um conjunto de ações voltadas ao campo político, conforme demonstra o fim primeiro da fundação que seria criada, qual seja, a promoção da formação de lideranças e do aperfeiçoamento das práticas políticas.

De fato, a atuação processual coordenada entre magistrado e Ministério Público projetou efeitos para o meio social e para o cenário político, o que pode ser constatado pela efetiva migração dos principais

protagonistas da “Operação Lava Jato” de suas carreiras no sistema de Justiça para o Poder Executivo Federal, bem como para o Congresso Nacional.

As estratégias previamente ajustadas entre magistrado e procurador da República era uma fórmula de sucesso desconhecida do grande público, mas que, no particular, envolvia aconselhamentos, troca de informações sigilosas, dentre outras estratégias que simplesmente aniquilavam o direito de defesa, conforme revelado pelos diálogos obtidos na Operação Spoofing.

O grau de comprometimento entre magistrado e procurador pode ser aferido pelas promessas de defesa incondicional pelo Ministério Público de ilegalidades praticadas pelo magistrado - e reconhecidas pelo Ministro Teori Zavascki - no episódio de escutas telefônicas não autorizadas.

“23 Mar 16

(...)

16:04:57 Deltan Os autos da reclamação do grampo estão indo para a PGR. Falei com pessoas de lá para trazer a bola pro chão e pra razão. A decisão do Teori ontem foi absurda. Na parte em que ele fala de responsabilização, foi teratológica. Qq decisão judicial pode ser revista para o sentido oposto em recurso. Trata -se de questão de entendimento jurídico no caso concreto. Acho provável que eles coloquem algo nesse sentido no parecer, que passará pela nossa revisão.

16:05:54 Deltan Pensei na questão das planilhas e, embora a relevância seja absurda e fosse difícil não ter visto a importância, não acho que a PF colocou pra dar conhecimento público, porque só foi noticiado hoje, um dia depois. Se tivessem feito de propósito, ontem à noite estava no JN

16:07:49 Continua sendo lambança. Não pode cometer esse tipo de erro agora.

16:13:02 Deltan Concordo. E sei que Vc, de todos nós, está debaixo da maior pressão. Não desanime com a decisão do Teori de ontem ou com os fatos e lambanças recentes. As coisas vão se acalmar. É um momento de ânimos exaltados. Saiba não só que a imensa maioria da sociedade está com Vc, mas que nós faremos tudo o que for necessário para defender Vc de injustas acusações. Uma das coisas que mais tenho admirado em Vc - uma nova face de suas qualidades - é a serenidade com que enfrenta notícias ruins e problemas. Se alguém tivesse te apresentado tudo o que aconteceria num caso como esses há 5 anos e te desse a opção de entrar nisso ou não, eu não tenho dúvidas de que Você entraria com tudo. Não há como estar no maior caso de corrupção que envolve os maiores interesses da República e esperar águas tranquilas. Continue firme, não desanime e conte conosco. "Smooth waters don't make good sailors."

16:14:44 Deltan E se as coisas não se acalmarem rs rs rs, continuaremos fazendo o que é certo. Conte mesmo conosco.

16:42:22 Pressão sera grande no cnj

16:42:22 Do caso de hoje no atual contexto vai ter que subir zwi e santana. Min. Teori é que terá que desmembrar.

16:43:52 Mas vou deixar para assinar apos o fim das temporárias e que não serão então prorrogadas.

17:09:15 Deltan Tentaremos denunciar o qto antes pra já subir com isso. Sua previsão de decisão é na segunda, então?

17:09:23 Deltan Vou falar com nosso representante no CNJ

17:14:03 Sábado ou segunda.

17:15:49 Deltan ok, tentaremos oferecer den até sábado e te atualizo qto à perspectiva no sábado"

No campo estritamente jurídico - que, como visto, serviu de plataforma para a projeção dos principais atores da “Operação Lava Jato” ao cenário político - verificou-se que, com o passar do tempo e a descoberta de inúmeras ilegalidades praticadas durante a Operação Lava Jato, novas decisões foram proferidas por esta Suprema Corte, tais como, a do **Ministro Edson Fachin** sobre a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba - que a rigor poderiam ser aplicadas para todos os casos da referida operação -, a do **Ministro Gilmar Mendes** sobre o conluio entre magistrado e membros do Ministério Público em Curitiba, as do **Ministro Ricardo Lewandowski** sobre a obtenção e a utilização de elementos de prova sem a observância dos canais oficiais e da cadeia de custódia, dentre centenas de outras decisões que proferi não apenas em razão da Rcl 43.007, mas, sobretudo, diante do que foi revelado pelos diálogos mantidos entre os principais protagonistas da Operação Lava Jato em Curitiba.

Nesse sentido, essa Suprema Corte tem funcionado como verdadeiro anteparo às ilegalidades praticadas por determinados juízes e procuradores de Curitiba, bem como para conter a tentativa de tomada do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal para a realização projetos **personais**, deixando-se o absoluto anonimato para vender-se centenas de palestras em valor equivalente ao salário mensal da maioria dos juízes e procuradores da República ou para prestar serviços à consultorias internacionais a peso de ouro, e **políticos** - em que candidaturas foram gestadas dentro das instituições, aproveitando-se da boa-fé popular em detrimento dos demais candidatos, que atuam exclusivamente no campo político.

Naturalmente que tais juízes e procuradores - não vocacionados e que se julgam melhores que os demais - foram deixando paulatinamente suas carreiras para enriquecer na iniciativa privada e obter poder político pessoal, deixando para trás um alto preço institucional a ser pago por aqueles que não se seduziram - os idealistas -, sobre ombros de quem estão recaindo as consequências destes atos de profundo egoísmo e de

falta de espírito público.

No presente caso não foi diferente.

Traçado o objetivo conjunto de obter a condenação de seus alvos, Procurador e Magistrado passaram, deliberadamente, a combinar estratégias e medidas contra o requerente, sobre o qual conversavam com frequência, conforme revelam os diálogos transcritos na inicial.

A prisão do requerente, a ameaça dirigida a seus familiares, a necessidade de produzir uma colaboração como condição para obter a liberdade, estão fartamente demonstradas nos diálogos obtidos por meio da Operação Spoofing, que se comunicam com os atos processuais colacionados aos autos em relação ao requerente.

Assim, diante da atuação conjunta e coordenada entre magistrado e Ministério Público, não se pode falar em processo criminal propriamente dito, até mesmo porque não há defesa possível no ambiente retratado nestes autos, nem há contraditório ou devido processo legal, restando, unicamente, a opção de dizer o que os órgãos de acusação - no caso Ministério Público e magistrado - gostariam de ouvir para tentar diminuir danos, sobretudo nas esferas profissional e familiar.

À guisa de exemplo, transcrevo os seguintes diálogos:

(i) Diálogos entre procurador e magistrado sobre o requerente:

“13 Mar 17

12:32:39 Sergio Moro: Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, **mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem.** Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar **uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem.** Favor manter reservada essa mensagem.

12:42:34 Deltan Ok, mantereí sim, obrigado!”

(...)

19:48:26 Sergio Moro: Defesa do Palocci pediu a juntada dos acordos dos executivos da Odebrecht e dos depoimentos pertinentes aquela ação penal. Não recebi ainda os processos do STF. Vcs tem isso para pronta entrega? Preciso concluir logo esse processo.

(...)

24 Apr 17

11:21:10 Sergio Moro: Veja o despacho na ação penal Palocci 505493288

11:34:23 Deltan Vejo já [...]

15:32:45 Deltan Explico as duas situações das colaborações abaixo.. Não examinei diretamente sua decisão, mas a pedido de Laura e com base no que ela me passou falei com a PGR. Se houver algum outro ponto que tenha passado, deixe-me saber. 1. Termos de acordo da Odebrecht. PGR não quer encaminhar porque estão sob sigilo no STF. Sondaram juiz auxiliar (Paulo) que disse que não pode ser enviado sem Min despachar. Farão pedido hoje, encaminhando o nosso pedido e talvez ressalvem a posição contrária. Explico: quinta passada eles fizeram petição em sentido contrário, para que os termos não fossem de conhecimento de terceiros. Seguiram o precedente, ao que me parece, do caso Bertholdo. Expliquei por que entendo que o precedente está errado e há risco de nulidade. Concordam, mas acham que não têm como ir contra a manifestação da semana passada. Terei o número da petição hoje ainda e informo aqui. Seria conveniente Vc falar com Rachid sobre ela, explicando urgência. Parece que Rachid tem a posição daqui, de ser necessário dar conhecimento a corrêus. Ah, falei também do conteúdo da lei, mas eles fizeram uma interpretação para dizer que a lei se referiria a depoimentos... Não convém que nós daqui de CWB falemos com Rachid diretamente, porque isso melindraria PGR. 2. João Santana e MM. Fizemos pedido igual,

para viabilizar aplicação da pena em harmonia com o acordo. Recentemente, STF negou até pro TSE cópia do termo de acordo deles. Em até uma semana, PGR apresentará um pedido de cisão e levantamento do sigilo de tudo. Nessa hipótese, virá para cá tranquilamente.

18:21:03 Sergio Moro: Muito prestativa a PGR...

18:26:42 Deltan Concordo, mas o problema aí é o "fator melindragem" do STF e o quanto as coisas são amarradas lá. Só PGR fala diretamente com Ministro, e PGR tem um milhão de coisas, e dificilmente se desdobraria por um pedido nosso que não seja questão de vida e morte... sistema de foro que não funciona.

(...)

25 Apr 17

16:31:26 Sergio Moro: **Dos depoimentos dos executivos da Odebrecht, disseram me que o PGR já teria autorização para enviar cópia para cá, independente da vinda física dos processos.**

16:32:15 Sergio Moro: Qual ficou o número da petição relativa ao pedido de autorização para envio dos acordos dos executivos da ODB?

16:44:42 Deltan A PGR, após nossa conversa, mudou de ideia e já fez o pedido dos Santanas também na mesma petição, o que agiliza um pouco. Pediram pra remeter a Vc os termos do acordo, mas que Vc não desse acesso à defesa e, alternativamente, caso o STF entenda que deve dar acesso, proceder assim. Prometeram passar ainda hoje o número da petição e dos autos.

16:46:10 Deltan Os depoimentos estão a caminho da Vara, no transporte.

18:03:32 Sergio Moro: Transporte de Brasília ou de vcs

aqui?

19:36:11 Deltan Nosso

19:37:56 Deltan Quanto aos termos dos acordos, segue a petição com números

19:38:25 Deltan Veio com conteúdo errado

19:38:30 Deltan Vou checar

19:39:40 Deltan **Ignore a cima e cuidado com ela, pq ela é de medida cautelar que ainda não saiu kkkkkk**

19:39:53 Deltan Já vão me enviar a certa

20:37:10 Deltan 524414.pdf

20:39:31 Deltan agora sim 26 Apr 17

13:35:29 Sergio Moro: **Os depoimentos estão mesmo vindo?**

13:39:31 Sergio Moro: **Desculpe, Secretaria acabou de avisar que chegaram.**

13:50:30 Sergio Moro: **Aliás obrigado**

18:21:16 Deltan 🙏

Diante do conteúdo dos frequentes diálogos entre magistrado e procurador especificamente sobre o requerente, em que o juiz chega a sugerir, inclusive, “um treinamento” para que a Procuradora do Ministério Público tenha um melhor desempenho nas audiências de instrução envolvendo o requerente, fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático.

Note-se, a propósito, que essa questão não é nova. Especialmente sobre a parcialidade do ex-Juiz Sérgio Moro e da força tarefa da “Operação Lava a Jato”, o Ministro Gilmar Mendes deixou expresso no

juízo do RHC 144.615 AGR/PR o seguinte:

“Os diálogos apreendidos na Operação Spoofing que, nos últimos doze meses, foram objeto de intensa veiculação pelos portais jornalísticos, destacam conversas entre acusadores e o julgador – Procuradores da República e o ex-Juiz federal Sergio Moro. Assim, fica evidente a relação próxima entre tais atores, que deveriam, em um processo penal democrático e acusatório, estar afastados, pois a função de acusar não pode se misturar com a de julgar.

Sem dúvidas, pelo teor das conversas divulgadas, podemos destacar três situações de evidente ilegalidade:

1. Julgador define os limites da acusação e seleciona pessoas a serem denunciadas, ou não, pois prejudicaria apoios importantes;

2. Julgador indica testemunha para a acusação e sugere meios ilícitos para inserção da fonte de prova no processo penal, além de incentivar a sua inserção no processo de modo indevido, como se fosse de fonte anônima;

3. Julgador atua em conjunto com acusadores no sentido de emitir nota contrária à defesa, além de taxar de modo pejorativo as estratégias defensivas.

Por óbvio, não se quer aqui vedar qualquer contato entre julgador e as partes do processo. Em prol do contraditório, é louvável a abertura de juízes para receber as partes e obter mais elementos para embasar a tomada da decisão a partir dos fatos provados no processo e das regras legais, constitucionais e convencionais. Inclusive, trata-se de dever do julgador, nos termos do Estatuto dos Advogados do Brasil e nos limites ali previstos.

Contudo, neste caso concreto, o contato entre o julgador e os atores acusatórios foi muito além do mero exercício do

contraditório. Aqui, há clara aderência do julgador às pretensões da acusação, refletida em ações de aconselhamento, por parte do juiz, para contribuir ao resultado condenatório pretendido ao processo de um modo preconcebido.” (grifos nossos).

Na mesma linha, o Ministro Gilmar asseverou o seguinte no julgamento de um agravo levado ao plenário da Segunda Turma na Rcl 43.007, de minha relatoria:

“(…)

Tal conluio era articulado com o objetivo de permitir a troca de informações fora dos veículos oficiais e o alinhamento do jogo processual para além dos limites legais do processo penal brasileiro.

Dentre os diversos trechos que apontam para o funcionamento desse núbio espúrio entre órgão de acusação e magistrado, sobrelevam-se diálogos que demonstram que a acusação adotava estratégias sub-reptícias que prejudicavam a defesa do reclamante nos inquéritos e ações penais, ora com a aquiescência do juiz, ora no cumprimento de expressas ordens do magistrado.

Verifica-se, portanto, que o mesmo método adotado em relação ao Presidente Lula e ao autor da Pet 12.357 foi aplicado ao requerente, até porque seria ele um dos vetores das acusações posteriormente dirigidas ao Presidente da República.

Os diálogos travados entre os representantes do Ministério Público também comprovam o conluio acima referido.

(ii) Diálogos entre os Procuradores sobre o requerente

“3 May

11:15:01 Deltan Após analisarmos Palocci, temos que falar pro Moro, que não vai querer a pena aliviada num caso dele sem justificativa e tem ponte com TRF

11:16:52 Ele me disse que você desconversou a respeito.

11:17:16 Segundo a Laura, o Moro quer um acordo com o Palocci pela mesma razão do LÉO Pinheiro.”

Transportando-se os diálogos acima para os feitos em que o requerente figurou como réu, não há a menor dúvida sobre a sua alongada prisão preventiva.

Com efeito, é manifestamente ilegítima, por ausência de justificacão constitucional, a adoção de medidas que tenham por finalidade obter a colaboração ou a confissão, a pretexto de sua necessidade para a investigação ou a instrução criminal.

Nesses casos, embora haja norma constitucional que autorize a colaboração em abstrato, na apontada incidência ela produziu um resultado inconstitucional (BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 347, nota de rodapé nº 6).

Note-se, a propósito, que o Supremo Tribunal Federal, **mutatis mutandi**, já reconheceu a ilegitimidade constitucional de prisão preventiva cuja razão preponderante tenha sido a recusa da imputada, no exercício do direito ao silêncio, em responder ao interrogatório judicial a que submetida (HC nº 99.289/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe de 4/8/11).

O Supremo Tribunal Federal também decidiu que carece de legitimidade constitucional, por manifesta ofensa ao privilégio contra a autoincriminação, a decretação da prisão temporária ou preventiva do

imputado por seu não comparecimento à delegacia de polícia para prestar depoimento (HC nº 89.503/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro **Cezar Peluso**, DJ de 8/6/07) ou “por falta de interesse em colaborar com a Justiça”, supostamente evidenciada pelo fato de os réus “haverem respondido às perguntas de seus interrogatórios de forma desdenhosa e evasiva, mesmo sabedores de que tais versões não encontram guarida no caderno investigatório” (HC nº 79.781/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 9/6/2000).

E não é só.

Como aduz **Rodrigo Capez**,

“[a]inda que, explicitamente, não seja essa a motivação da decisão, caso se constate, inclusive pela forma de atuação extraprocessual do juiz ou dos órgãos da persecução penal, que o verdadeiro objetivo da prisão cautelar é forçar a colaboração do imputado, sua inconstitucionalidade será patente, uma vez que é vedada a utilização da decretação ou da manutenção da prisão cautelar como instrumento de barganha com o imputado, no intuito de coagi-lo a colaborar” (**A individualização da medida cautelar pessoal no processo penal brasileiro**. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de São Paulo. p. 289).

Nesse particular, o Supremo Tribunal Federal, no HC nº 127.186/PR, Segunda Turma, Relator o saudoso Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 3/8/15, assentou que

“(…) seria extrema arbitrariedade – que certamente passou longe da cogitação do juiz de primeiro grau e dos Tribunais que examinaram o presente caso, o TRF da 4ª Região e o Superior Tribunal de Justiça – manter a prisão preventiva como mecanismo para extrair do preso uma colaboração premiada, que, segundo a Lei, deve ser voluntária (Lei 12.850/13, art. 4º,

caput e § 6º). Subterfúgio dessa natureza, além de atentatório aos mais fundamentais direitos consagrados na Constituição, constituiria medida medievalsca que cobriria de vergonha qualquer sociedade civilizada”.

Ainda nesta direção, deve-se rememorar que nos autos da Pet nº 5.244/DF, o Ministro **Teori Zavaski**, ao homologar acordo de colaboração premiada, expressamente consignou que o requisito da voluntariedade apresenta-se como condição de validade do acordo de colaboração.

Por fim, deve-se mencionar o HC nº 127.483, de minha relatoria, em que tive a oportunidade de deixar consignado o seguinte:

“(…) de acordo com Antônio Junqueira de Azevedo, o exame do negócio jurídico deve ser feito em três planos sucessivos: i) da existência, pela análise de seus elementos, a fim de se verificar se o negócio é existente ou inexistente; ii) da validade, pela análise de seus requisitos, a fim de se verificar se o negócio existente é válido ou inválido (subdividido em nulo e anulável); e iii) da eficácia, pela análise de seus fatores, a fim de se verificar se o negócio existente e válido é eficaz ou ineficaz em sentido estrito (op. cit., p. 23-64).

Ao tratar do plano da existência, o saudoso Mestre da “velha e sempre nova Academia de Direito” do Largo de São Francisco aduz que

“[e]lemento do negócio jurídico é tudo aquilo que lhe dá existência no campo do direito. Classificam-se, conforme o tipo de abstração, em elementos gerais, isto é, próprios de todo e qualquer negócio jurídico; categoriais, isto é, próprios de cada tipo de negócio; e particulares, isto é, existentes, sem serem gerais ou categoriais, em determinado negócio. Os elementos gerais subdividem-se em intrínsecos (ou constitutivos), que são a forma, o objeto e as circunstâncias negociais, e extrínsecos, que são o

agente, o lugar e o tempo do negócio. Os categoriais subdividem-se em inderrogáveis (ou essenciais) e derogáveis (ou naturais); os primeiros definem o tipo de negócio e os segundos apenas defluem de sua natureza, sem serem essenciais à sua estrutura (...)” (*op. cit.*, p. 31-40).

Por sua vez, validade é

“(...) a qualidade que o negócio deve ter ao entrar no mundo jurídico, consistente em estar de acordo com as regras jurídicas (‘ser regular’). Validade, é, pois, como o sufixo da palavra indica, qualidade de um negócio existente. ‘Válido’ é adjetivo com que se qualifica o negócio jurídico formado de acordo com as regras jurídicas” (**Antônio Junqueira de Azevedo**, *op. cit.*, p. 42).

Assim, requisitos de validade são as qualidades que os elementos do negócio jurídico devem ter para que esse seja válido.

“Por isso mesmo, se o negócio jurídico é declaração de vontade e se os elementos gerais intrínsecos, ou constitutivos, são essa mesma declaração tresdobrada em objeto, forma e circunstâncias negociais, e se os requisitos são qualidades dos elementos, temos que: a declaração de vontade, tomada principalmente como um todo, deverá ser: a) resultante de um processo volitivo; b) querida com plena consciência da realidade; c) escolhida com liberdade; d) deliberada sem má-fé (se não for assim, o negócio poderá ser nulo, por exemplo, no primeiro caso, por coação absoluta, ou falta de seriedade; anulável por erro ou dolo, no segundo; por coação relativa, no terceiro; e por simulação, no quarto). O objeto deverá ser lícito, possível e determinado ou determinável; e a forma, ou será livre, porque a lei nenhum requisito nela exige, ou deverá ser conforme a

prescrição legal. Quanto às circunstâncias negociais, não têm requisitos exclusivamente seus, já que elas são o elemento caracterizador da essência do próprio negócio, são aquele *quid* que qualifica uma manifestação, transformando-a em declaração.

Quanto aos elementos gerais extrínsecos, temos que: a) o agente deverá ser capaz e, em geral, legitimado para o negócio; b) o tempo, se o ordenamento impuser que o negócio se faça em um determinado momento, quer essa determinação seja em termos absolutos, quer seja em termos relativos (isto é, por relação a outro ato ou fato), deverá ser o tempo útil; e c) o lugar, se, excepcionalmente, tiver algum requisito, há de ser o lugar apropriado” (idem, p. 42-43).

Finalmente,

“[o] terceiro e último plano em que a mente humana deve projetar o negócio jurídico para examiná-lo é o plano da eficácia. Nesse plano, não se trata, naturalmente, de toda e qualquer possível eficácia prática do negócio, mas sim, tão só, da sua *eficácia jurídica* e, especialmente, da sua *eficácia própria* ou *típica*, isto é, da eficácia referente aos efeitos manifestados como queridos”

(...)

De fato, muitos negócios, para a produção de seus efeitos, necessitam dos fatores de eficácia, entendida a palavra *fatores* como algo extrínseco ao negócio, algo que dele não participa, que não o integra, mas contribui para a obtenção do resultado visado.

São, por exemplo, casos de negócios, que precisam de fatores de eficácia, os atos subordinados a condição suspensiva. Enquanto não ocorre o advento do evento, o negócio, se tiver preenchido todos os requisitos, é válido,

mas não produz efeitos; certamente, a condição como cláusula faz parte (é elemento) do negócio, mas uma coisa é a cláusula e outra o evento a que ela faz referência; o advento do evento futuro é, nesse caso, um fator de eficácia (é extrínseco ao ato e contribui para a produção dos efeitos).

(...)

Dados esses exemplos, passamos a apresentar uma classificação dos fatores de eficácia. Três nos parecem ser as espécies de fatores de eficácia: a) *os fatores de atribuição da eficácia em geral*, que são aqueles sem os quais o ato praticamente nenhum efeito produz; é o que ocorre no primeiro exemplo citado (ato sob condição suspensiva), em que, durante a ineficácia, poderá haver a possibilidade de medidas cautelares, mas, quanto aos efeitos do negócio, nem se produzem os efeitos diretamente visados, nem outros, substitutivos daqueles; b) *os fatores de atribuição da eficácia diretamente visada*, que são aqueles indispensáveis para que um negócio, que já é de algum modo eficaz entre as partes, venha a produzir exatamente os efeitos por ele visados; quer dizer, antes do advento do fator de atribuição da eficácia diretamente visada o negócio produz efeitos, mas não os efeitos normais; os efeitos, até a ocorrência do fator de eficácia, são antes efeitos substitutivos dos efeitos próprios do ato; é o que ocorre no segundo exemplo citado, em que o negócio, realizado entre o mandatário sem poderes e o terceiro, produz, entre eles, seus efeitos, que, porém, não são os efeitos diretamente visados; c) *os fatores de atribuição de eficácia mais extensa*, que são aqueles indispensáveis para que um negócio, já com plena eficácia, inclusive produzindo exatamente os efeitos visados, dilate seu campo de atuação, tornando-se oponível a terceiros ou, até mesmo, *erga omnes*; é o que ocorre no terceiro e último exemplo

dado (cessão de crédito notificada ao devedor e registrada) - **Antônio Junqueira de Azevedo**. *op. cit.*, p. 49-61.

Embora essa doutrina se refira ao negócio jurídico privado, sua lição é inteiramente aplicável ao negócio jurídico processual da colaboração premiada.

(...)

Quanto ao plano subsequente da validade, o acordo de colaboração somente será válido se: i) a declaração de vontade do colaborador for a) resultante de um processo volitivo; b) querida com plena consciência da realidade; c) escolhida com liberdade e d) deliberada sem má-fé; e ii) o seu objeto for lícito, possível e determinado ou determinável.

Nesse sentido, aliás, o art. 4º, caput e seu § 7º, da Lei nº 12.850/13 exige, como requisitos de validade do acordo de colaboração, a voluntariedade do agente, a regularidade e a legalidade dos seus termos.

Destaco que requisito de validade do acordo é a liberdade psíquica do agente, e não a sua liberdade de locomoção.

A declaração de vontade do agente deve ser produto de uma escolha com liberdade (= liberdade psíquica), e não necessariamente em liberdade, no sentido de liberdade física.” (grifei).

Note-se, a propósito, que além da gravidade das situações postas nestes autos, reveladas pelos diálogos obtidas por meio da Operação Spoofing, somadas a outras tantas decisões exaradas pelo STF e também tornadas públicas e notórias, o requerente é corréu na ação penal eleitoral nº 0600024-69.2023.6.07.0001, tornada sem efeito pela decisão cujos efeitos se pretende estender.

Esse vasto apanhado indica que a parcialidade do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba extrapolou todos os limites, porquanto os constantes ajustes e combinações realizados entre o magistrado e o **Parquet** e apontados acima representam verdadeiro conluio a inviabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo requerente.

Nota-se, portanto, um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da Força Tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos - pessoais e políticos -, o que não se pode admitir em um Estado Democrático de Direito.

O necessário combate à corrupção não autoriza o fiscal e o aplicador da lei a descumpri-la, devendo-se lamentar que esse comportamento, devidamente identificado a partir dos diálogos da Operação Spoofing tenha desembocado em nulidade, com enormes prejuízos para o Brasil.

Em outras palavras, o que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal, equiparando-se órgão acusador aos réus na vala comum de condutas tipificadas como crime.

Nesse sentido, medidas enérgicas estão sendo adotadas pelos órgãos competentes não apenas na esfera criminal, mas também no campo civil e administrativo, conforme relatos recebidos em decorrência da decisão por mim proferida na Rcl 43.007 e em outros feitos.

Por outro lado, deve-se asseverar que a Procuradoria-Geral da República e Ministério Público Federal, como **instituição**, não tem se furtado a apurar o ocorrido, primando pela legalidade em todas as suas esferas e agindo como fiscal da lei, não admitindo, portanto, que os fins justifiquem os meios, sobretudo quando por trás de belos enredos e incontáveis recursos semânticos - que procuram justificar o injustificável - está o interesse **pessoal** e **político** de poucos, que saíram do anonimato para ganhar projeção nacional se apoiando em instituições e em tábua de valores que, na verdade, sempre desprezaram.

Por fim, ressalto que a declaração de nulidade dos atos praticados na 13ª Vara Federal de Curitiba não implica a nulidade do acordo de colaboração firmado pelo requerente, que sequer é objeto da presente demanda.

Explico.

Conforme deixei expresso por ocasião do julgamento do HC 127.483/PR, de minha relatoria, caso a colaboração seja efetiva e produza os resultados almejados - como no caso dos autos -, há que se reconhecer o **direito subjetivo** do colaborador à aplicação das sanções premiais estabelecidas no acordo, inclusive de natureza patrimonial.

Assim, caso se configure, pelo integral cumprimento de sua obrigação, o direito subjetivo do colaborador à sanção premial, tem ele o direito de exigi-la judicialmente, inclusive recorrendo da sentença que deixar de reconhecê-la ou vier a aplicá-la em desconformidade com o acordo judicialmente homologado, sob pena de ofensa aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.

Enquanto a dimensão objetiva da segurança jurídica requer estabilidade e credibilidade do ordenamento jurídico, sua dimensão subjetiva demanda a intangibilidade de situações subjetivas, com base no princípio da proteção da confiança (**Humberto Ávila**, *op. cit.*, p. 145-146).

Portanto, os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança tornam indeclinável o dever estatal de honrar o compromisso assumido no acordo de colaboração, concedendo a sanção premial estipulada, legítima contraprestação ao adimplemento da obrigação por parte do colaborador.

O quadro revelado na inicial e nos documentos acostados aos autos demonstra as teses levantadas, além de indicar identidade e semelhança entre as premissas adotadas nas decisões proferidas nesta Suprema Corte, sobretudo na Segunda Turma, em especial, na Pet. 12.357-AgR.

Tenho, pois, diante do quanto narrado pelo requerente e de precedentes deste Supremo Tribunal em casos semelhantes, que se revela incontestável o quadro de conluio processual entre acusação e defesa em

detrimento de direitos fundamentais do requerente, como, por exemplo, o **due process of law**, tudo a autorizar o deferimento da medida que ora se requer.

Em face do exposto, **defiro o pedido** constante desta petição e declaro a nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor do requerente no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava Jato, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-juiz Sérgio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, ainda que na fase pré-processual.

Por fim, ressalto que a declaração de nulidade dos atos praticados na 13ª Vara Federal de Curitiba não implica a nulidade do acordo de colaboração firmado pelo requerente, que sequer é objeto da presente demanda.

Determino à Secretaria Judiciária que levante o sigredo de justiça, na medida em que não se justifica a manutenção do sigilo na hipótese dos autos.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente